

LER/INTERPRETAR O FEMININO COMO TEXTO SOCIAL

Sébastien Joachim

INTRODUÇÃO

Uma utopia do feminino se perfila numa certa visão da escrita que se apresenta apoiada por uma força de desejo. Tal é a proposição que será aqui promovida num vaivém/feminino-escrita/, escrita-Inconsciente/, feminino-Inconsciente.

Escrita e Inconsciente já têm audiência assegurada, apesar de alguns equívocos. Basta dissipar esses equívocos e reforçar associações pertinentes. No tocante ao Feminino, carente de referênciação asseverada, revelaremos progressiva e interativamente a sua natureza. Achamos oportuno esclarecer desde já a noção de utopia adotada no âmbito desse trabalho. Aliás, tanto o substantivo Feminino (com F maiúsculo) quanto a palavra Utopia têm aqui caráter de hipótese heurística. A nossa utopia não denota a construção de cidade ou de lugar imaginário, destinado a ilustrar ideologias conservadoras e nostálgicas ou a abrigar puras fantasias idealistas ou inspiradas na revolução técnica¹. Recarregamos a palavra com uma projeção de desejo individual/coletivo que insiste para se efetivar na história de hoje. Uma utopia é como a garrafa de Baudelaire (*La Boutelle à la Mer*); um objeto de esperança suscetível de nos levar até um outro mundo. Talvez, enquanto alvo do desejo, seja condenado a inexistir até o ano 2500 ou 3000... Mas o pensamento que ela cristaliza, a micro-política que ela impulsiona, é uma exigência da mente autenticamente moderna inaugurada por Baudelaire, Rimbaud, Walter Benjamin e toda uma corrente estético-política (barroca, em particular)². A utopia só é trunfo quando é livre de compromisso e de ingenuidade, quando repousa sobre os eixos de uma plausibilidade lúcida acoplada a uma imaginação se concretizando em ações libertadoras.

Até agora a nossa definição é metafórica e indireta. Partindo de uma citação de

cunho político³ e compatibilizando-a com a dupla problemática de escrita e do feminino, diremos: a utopia é "um meio de remexer nas orientações sócio-políticas clássicas"³, soltando o imaginário criador com toda a sua potencialidade emocional, subliminar, em direção de equidade máxima e da verdade ontológica.

Percebe-se desde já uma certa convertibilidade mútua entre utopia e Feminino. Esboçaremos também o mesmo tipo de relação com a escrita, uma convertibilidade heurística, i.e. que tem valor de investigação, de descoberta e do enaltecimento da cultura e das instituições. "As orientações sócio-políticas clássicas" são, com efeito, aparentadas com a tradição logocêntrica e masculina que contamina discursos, atribuições de papéis, imposições de comportamentos. A nossa definição envolve a escrita na medida que esta se (in)-situa à margem de toda conquista ou manutenção de poder, e que dissolve as relações de força, as antinomias. Ao falarmos mais adiante de desconstrução ou de hiância hermenêutica, essa dissolução terá que ser lembrada.

Conforme as inumeráveis intersecções temáticas, tentaremos apresentar esse conjunto de reflexões sobre o Sentido, a Utopia saudável que carrega com si a Natureza do Feminino enquanto conceito mobilizador.

Partimos da hipótese de que a mesma força de desejo que estimula escrita e leitura, permeia o imaginário do Feminino tomado como conjuntura social característica de nosso tempo.

Essa hipótese por sua vez apóia-se na filosofia de Emmanuel Levinas conjugada à de Derrida, na perspectiva de Catherine Chaliel⁴, de Guy Petitdemange, de Jacques Rolland, de Francis Guibal e de Sarah Kofman⁵. Christine Buci-Glucksmann nos forneceu a idéia de uma utopia do feminino como ponta de lança da modernidade e em estreita relação com o Barroco. Não retomaremos sua demonstração, nem a não menos instrutiva sobre Barroco e Modernidade de Benito Pelegrin⁶.

Sem mais preâmbulo, vamos tentar esclarecer o que entendemos por Hiância Hermenêutica, que parece ser o fecho de abóbada de tudo que seguirá.

HIÂNCIA HERMENÊUTICA

A Hiância Hermenêutica ou não-interpretação designa a tendência "catastrófica" da escrita, a infinitização dos processos de leitura, a recursividade freudiana em direção de uma origem inacessível, ou a prospectividade interminável da análise. Aqui obviamente convergem escrita artística (Música, Pintura, etc.), Literatura, Psicanálise; confluem também os fatos sociais e, com eles, todas as Ciências do homem, às quais tendem a se atrelar os estudos feministas. Por nossa parte, chegamos a essa problemática da (não)-interpretação, refletindo sobre a música⁷, e praticando assim um conselho de que somos sempre pródigos para com os colegas e alunos: para melhor entender um assunto de teoria literária, pesquise no campo de uma arte ou de uma área de conhecimento que está no limiar da literatura. Em particular, lendo sobre a música, a pintura, a psicanálise, acabamos por nos sensibilizar com maior agudez a respeito da "essência" da escrita e de

seu alcance dentro e para além do campo literário. É dessa maneira que, pouco a pouco, nasceu em nós a intuição de que, como a música, Ics (= Inconsciente) / – Escrita – / Feminino, na fase atual de seu desenvolvimento teórico respectivo, conotam uma característica própria à Modernidade⁸ – e ao Imaginário⁹, i.e. uma fuga do sentido para frente (ou para trás, apud Freud)¹⁰.

Eis agora o texto capital de Wladimir Jankélévitch que mais nos inspirou:

Como a sensação pura de toda interpretação, a música diz apenas o que diz, ou melhor, não diz nada, na medida que dizer é comunicar um sentido. (*La Musique et l'Ineffable*, Seuil, 1985. p. 89. Trad. nossa).

Numa apreciação superficial, diríamos que essa passagem fortalece a concepção da arte-diversão, da arte-luxo, da arte-fluidade, diametralmente oposta às atividades rentáveis e úteis. Já respondemos, anos atrás, a esse tipo de percepção da arte num texto intitulado: "De l'inutile utile"¹¹. Contentemo-nos em afirmar hoje com uma convicção nova: tanto a obra musical quanto a obra literária, particularmente aquela que, como a pintura não figurativa, foge a toda intenção comunicativa, são artefatos criados para o nosso prazer, mas também e sobretudo para desencadear indiretamente em nós a vontade e o dever de lutar em vista de uma melhor qualidade de vida e de morte. Meditando aquela frase de Jankélévitch, nós nos persuadimos que a expressividade das obras artísticas (e para Nietzsche, sabemos que um gesto físico ou social se confunde com um gesto estético)¹² não se relaciona com o significado. A escrita musical ou outra tem por objetivo: "expressar até o infinito o inexpressível"¹³.

A "démarche" hermenêutica, sem ser ostracizada, precisa de uma orientação. Assim o entenderam Paul Ricoeur, H. G. Gadamer¹⁴, ao lado de Derrida¹⁵, apesar de profundas divergências, os primeiros olhando mais para trás e o último mais para frente em companhia de Raymond Tschumi¹⁶.

Todavia, essa revisão parece derivar da revolução freudiana e fica ainda viva em analistas vanguardistas (cf. 1ª parte). Blanchot o sublinha com muita pertinência¹⁷: se antes de Freud, interpretar era procurar um sentido, doravante ele se torna um trabalho de edificação de montagens e explicitações coerentes fadadas a confessar a sua impotência inerente, face ao infinito do outro real postulado pelas aparências falaciosas, por indícios ou sintomas. Demarcaremos ulteriormente (primeira parte) as fronteiras entre Freud e Derrida do ponto de vista das atitudes de leitura. Por enquanto, só a transferência (e a contra-transferência) freudiana nos importa. Esse quadro de intersubjetividade na análise nos sugere a reflexão seguinte: quanto mais sensibilidade, e, portanto, quanto mais profundidade de ressonância traz consigo a escrita/leitura frente ao fenômeno humano, tanto mais exposta ela fica à perturbação, e, portanto, tanto mais ameaçada pela incompreensão, pela não-interpretação. Em outros termos, o desempenho de um analista atento e sensível ao texto humano, artístico e social, está quase sempre atrapalhado por engodos e ciladas no percurso da (re)-construção de sentidos. A maioria elabora em torno de achados regionais, a partir de ângulos privilegiados de operação, mas a obra/ o

ser na sua integridade fica inacessível. Os espíritos superficiais se contentam com alegorias e metáforas. Os espíritos mais exigentes experimentam, até à angústia metafísica, a convivência com as contradições, a polissemia em progressão geométrica, enfim o não-sentido, o contra-senso, o in-compreensível, a Negatividade pura.

Todavia, o confronto com a Negatividade no apogeu do ato de leitura não corresponde a uma *mise en disponibilité* ou revogação automática do analista ou leitor. Muito pelo contrário, esse momento crucial é um apelo a um "suplemento de realidade"¹⁸; esse momento é também o lugar de um renascimento, da hibridação da mente do "intérprete" com a "infigurabilidade (M. Gagnebin)¹⁹, a des-representação" (E. Fink), ou ainda a "alucinação negativa" (A. Green). Voltaremos a esse assunto crucial, quando falaremos mais adiante de epifania.

Assim, depois de uma elaboração minuciosa de signos, de nosso encontro com a "verdade" da arte ou do fenômeno humano, e em especial do feminino como texto capital da nossa Modernidade, nos esbarraremos provavelmente com um espaço-tempo de "sideração", de aniquilamento repentino de todos os nossos preparos e apetrechos interpretativos. Mas esse inexpressível é a isca de uma "passagem ao ato", o empurrão em direção de um gesto social sadio. Somos então incitados a mudar de regime de ação ou de "posição" (M. Gagnebin). Conforme um título de Paul Ricoeur, de intérpretes nos tornamos atores, porque o texto deslizou para uma cena de ação: ação terapêutica, social, política, cultural ou "socrática" no sentido de Merleau-Ponty²⁰. Não conhecemos melhor texto de ilustração dessa rasura interpretativa no acme da produção de significados, rasura, preludeando postulados novos e deixados em branco, que o "Romanceiro da Guarda Civil Espanhol" de Federico Garcia Lorca. O comentário de Michèle Raimond (*La question de l'autre dans Federico Garcia Lorca*, Toulouse, Eché, 1986, p. 179ss.) está também à altura desse belo poema do *Romanceiro gitano*. Voltaremos na segunda parte a esse poema.

É preciso terminar essa introdução, convocando mais uma vez a autoridade de W. Jankélévitch. Desde as primeiras páginas de seu livro, ele enunciou os traços recorrentes de toda Hermenêutica:

Decifrar no (mundo) sensível não sei que mensagem críptica;
Auscultar no Cântico detrás do texto uma outra coisa;
Perceber nos cantos algo diferente dos cantos;
Interpretar (...) o que foi ouvido como a alegoria de um
sentido inédito e secreto... (p. 18-19, trad. nossa).

Ao olhar de Jankélévitch, todas essas atitudes não passam de uma pretensão orgulhosa e inadequada à realidade percebida. Gilles Deleuze na *Lógica do sentido*, Serge Leclair em *Psicanalisar*²¹, defendem, cada um a sua maneira, uma tese anti-hermenêutica muito parecida à de Jankélévitch eles colocam a profundidade na superfície. E recentemente, no n. 4 do *Jornal da Psicanálise e Cultura Che Vuoi* (Ano II, 1988 p. 7-10) Dr. Paulo R. Medeiros, psicanalista, reforça de forma contundente essa posição

com a aporia da flecha de Zenon, a noção de infinito lógico, a teoria do significante e do desejo. Entre a musicologia de Jankélévitch, a revisão da leitura freudiana e a possibilidade da fenomenologia como da hermenêutica de desembocar sobre o gesto ou fazer extra-discursivo, corre uma mesma linha de força. Para nós, ela se traduz nas proposições seguintes, reformulações nossas:

Não há sentido a procurar, mas força a acompanhar;
 Não existe hermenêutica positiva, o texto sendo inexpressivo-expressivo;

A tarefa "interpretativa" consiste numa série de elaborações provisórias que se sucedem, se contrapondo, se desmanchando, se apagando à medida que avançamos, deixando nesse vazio inúmeras possibilidades que cabe ao sujeito que se hibrida com elas efetuar conforme a sua ética e seu desejo próprio.

Nessa perspectiva, atingindo seu ápice, a Literatura, a Arte, o Texto Social nos confrontam com o silêncio.

E se o silêncio máximo é a Morte, não seria uma das funções da Arte, da Literatura, de certas pesquisas sociais tal como a problemática do Feminino, nos ensinar a morrer? Ou pelo menos introduzir a morte como contraponto, elemento rítmico, na partitura da vida? Se a morte é a forma extrema do silêncio e do espírito, todas as manobras da escrita artística e do texto humano não seriam outras maneiras de nos preparar ao abandono das linguagens inscritas no corpo, no espírito e alhures, a fim de nos conduzir à extenuação progressiva, irreversível e conscientemente assumida de toda expressão?

Se essa hipótese for aceita, devemos concluir que o sentido dos sentidos é o zero absoluto, que viver/interpretar é proceder, em nossa mente, a uma autópsia lenta e inexorável. Por conseguinte, viver o Feminino é experimentar com lucidez um abalo de esquemas bem montados. Nesse encaminhamento em direção de um outro da civilização atual e de seu ranço patriarcal, liberalista, teremos que passar por condensações e inversões essenciais. No tocante à problemática chamada de "Feminino", haverá deslocamentos e falsos valores, novas alternativas que essa problemática, na sua tentativa de se concretizar em modo de existência, vai propor a todo ser humano, masculino, feminino e outro.

Nossa meditação sobre a Hermenêutica acabou por desertar a textualidade. Mas só em aparência, pois se cedemos ao fascínio da dinâmica de Eros-Thanatos, é porque estamos sob o impulso da energética interna da própria escrita de nosso "Eu" de enunciação. Em outras palavras, a problemática da escrita nunca deixou de dinamizar os nossos passos (e nossa pena), pois:

O que está no fundo da escrita é a morte: não como o termo, mas como o princípio mesmo do seu movimento²².

Talvez a utopia do Feminino seja, hoje e por muito tempo, o princípio ativo de todas as nossas lutas, dentro e fora de nós, até a extinção da vida.

1 – INDEFINIÇÃO DO SUJEITO E AFIRMAÇÃO FEMINISTA

Depois de declarar o nosso agnosticismo quanto a uma interpretação terminal e asseverada, nosso leitor/auditor já está adivinhando que o alvo de nossa manobra é a destruição de todo discurso mestre. Daí, para chegar à epifania do Feminino entendido como o lugar "insituado" do reconhecimento pleno e efetivo de toda alteridade, a necessidade de questionar a posição enunciativa e através dela o estatuto do sujeito que enuncia.

Ora, em nosso século, a crise do sujeito alcançou o seu ápice. A história social demonstrou que só certos grupos privilegiados eram detentores da fala. Da revolução de 1789 aos anos 60 (1960), outros grupos ideológicos emergiram na história, entre os quais diferentes facções feministas (reformistas, marxistas, socialistas, radicais segundo a classificação de Lyman Tower Sargent)²³. Mas, anteriormente às muito recentes crises de afirmação, o que domina no cenário da modernidade, de Nietzsche a Foucault, passando por Marx, Freud, Levi-Strauss, os filósofos da desconstrução (Derrida, Deleuze-Guattari, Lyotard), os pensadores da psicanálise (Lacan) e os herdeiros existencialistas de Heidegger (Sartre e discípulos), é a tendência de apagar o sujeito. Essa tendência pode ser apontada até nas obras de criação literária de poetas brasileiros como Armando Freitas, Sebastião Uchoa Leite, Regis Bonvicino²⁴.

No fundo, se relemos atentamente a obra de Sartre e toda a metafilosofia contemporânea²⁵, se refletirmos sobre certas sínteses da nova lingüística²⁶, da Teoria literária, sobre as novas posições psicanalíticas²⁷, sobre a orientação profunda da obra de Fernando Pessoa, de Proust, Marguerite Duras, Michel Butor, Alain Robbe-Grillet, sobre a busca da pintura não-figurativa, descobriremos que o sujeito (indivíduo) nunca desapareceu do pensamento e da arte em nossa modernidade, mas que ele se revelou infinitamente mais matizado, mais complexo. O que se apagou (sem morrer, porque o neopositivismo está por aí) foi o sujeito dito unário, um sujeito já (pré)-constituído, o sujeito cartesiano; o que devemos destruir por conseguinte é um sujeito ideológico que serve a fins arbitrários e injustos da parte de instâncias prepotentes ou patriarcalísticas.

Antes de ir mais longe, vamos abrir um parêntese para a denúncia que Rolland Quilliot, professor de filosofia na Universidade de Dijon, fez do equívoco em que vivemos as vanguardas de nossos tempos.

Uma vez "apagado" o sujeito cartesiano, na literatura filosófica, no discurso social e no discurso literário, surgiu o imaginário de um sujeito prisioneiro de seus monstros internos e externos, sem identidade própria, submetido a forças impessoais. Tudo se passa como se vanguardistas e epistemólogos se comprazessem na despersonalização, no anonimato, na alucinação. Como se a realidade das guerras e dos campos de concentração devesse ser sado-masoquicamente reativado. Esse estranho narcisismo do homem moderno se traduz na publicidade, na propaganda, na mídia: o homem-artista, cientista, técnico, político – se empenha num jogo de poder, na edificação de uma Torre de Babel que nada tem a ver, de fato, com a morte do sujeito. Mais pertinente seria falar da inflação do sujeito na era do desenvolvimento técnico.

Chegamos agora à tese/denúncia de Rolland Quilliot²⁸. Segundo ele, o sujeito atual ao se descrever inexistente, impotente, irracional no momento em que se vangloria de/e por sua técnica, nada em plena contradição. É por estar seguro de sua racionalidade que se permite o fingimento de desprezar seus valores humanísticos e personalistas. Tudo não passa de um jogo, pois o ator social, o literato, o artista, o filósofo, sabe perfeitamente que recupera em fama ou em tiragem (edição, venda, sucesso-escândalo), aquilo que perdeu. Capricho de rico, bancando *hippie*... Pode olhar o real do modo o mais insólito possível, impor-se recalcações de requinte, tão grande é a sua confiança em sua própria destreza e nos recursos de seu ambiente, inclusive a psicanálise. Quilliot ilustrou esse fascínio pelo vazio com um sobrevôo na obra de J. L. Borges.

Sem aderir por completo à posição do professor francês, acreditamos que existe realmente um certo "coquetismo" teórico-prático a respeito do anti-humanismo, da rasura do sujeito, do prestígio do Inconsciente e do irracional, que não exclui um imaginário reacionarístico fomentado pelas conquistas da tecnociência nem um abalo efetivo da consciência orgulhosa que prevaleceu no pensamento logocêntrico do Ocidente e no andrologocentrismo da cultura judaico-cristã. A esse abalo contribuíram, dissemos, fatos históricos variados (realizações sócio-culturais, políticas e também científicas). Muitos aproveitaram disso, inclusive os psicanalistas que passaram a ter clientela mais ampla, de todas as camadas da sociedade, do indivíduo privado, de grupos de toda sorte, de "institucionalizados".

Nessa confusão característica do sujeito não hegemônico no Século XX, o que aconteceu com a mulher? Será que ela vai entrar no jogo dos vanguardistas negadoras do sujeito? Felizmente não, pelo menos, da parte da mais conscientizada; houve, pelo contrário, uma vontade de afirmação estratégica. É uma história muito bem contada pelo n. 37-38 da revista *Les Cahiers du Grif* intitulado "Le Genre de L'Histoire" (Primavera 88, edição TIERCE) e pelo estudo de Geneviève Fraisse apresentado no Colloque de Cerisy²⁹. Em razão das circunstâncias, a epidemia do apagamento do sujeito foi então contida nessa frente de combate. Esse reflexo sadio foi analisado fora do circuito das mulheres pelo filósofo Jean-François Lyotard. Lyotard afirma que o discurso oficial, na filosofia e na totalidade das instituições capitalistas, é masculino; que, quando alguém toma o partido das mulheres, ele se expressa dentro da ideologia sexista que essa ideologia está colocada até nos interstícios da linguagem que herdamos. Toda a metalinguagem já está contaminada. No entanto, um dia talvez, a tenacidade das mulheres consiga mudar o jogo, descentrando esse discurso na sua própria lógica profunda, na sua finalidade, na sua pretensa verdade³⁰.

Outro elemento de esclarecimento trazido por Lyotard, no plano histórico, diz respeito ao sujeito feminino barrado na França pelos famosos Jacobinos da revolução de 1789. A política jacobina usou de todos os meios para manter as mulheres no lar. Nisso, constatamos que o fascismo de Mussolini não inovou. Nem também na colisão do poder político com a Igreja. Os Jacobinos e seus herdeiros fascistas negaram às mulheres todo direito da participação na vida pública, pois, não era do interesse deles. Essa negação usou argumentos religiosos para produzir o recalque dos impulsos sexuais.

Esse depoimento de Lyotard a favor da causa feminista, nos parece menos convincente que o de mulheres, tais como Françoise Collin e as historiadoras do *Cahiers du Grif*, estudiosas da literatura como Marie-Louise von Franz e Marcelle Marini. Destas duas últimas falaremos na secção sobre psicanálise e sexualidade.

Françoise Collin percebe com particular agudeza que aquilo que está em jogo no debate em torno do feminino é uma relação do poder, uma relação de forças. Por isso, na introdução do n. 37-38 dos *Cahiers du Grif*, ela pediu a seus leitores para dar importância à recuperação de certas noções recusadas pela vanguarda teórica em matéria de Narratologia ou de Epistemologia científica. Françoise Collin aconselha a manutenção provisória de parâmetros de análise como o *sujeito*, a oposição *sujeito/objeto*, o *gênero de discurso*, a *certeza ou a verdade*. Essa atitude é sintomática de uma estratégia consciente das metas de luta fixadas pelo movimento feminista. No plano especificamente literário, obedecendo à mesma tática, outras pesquisadoras da mesma revista e do *Colloque de Cerisy*, acima mencionado (p. 267-289), tentarão conservar contra essas noções. Entendemos assim porque a crítica literária feminista foi acusada de não estar à altura de suas ambições revolucionárias. Mas os pós-modernistas que a castigam deveriam manifestar uma maior compreensão. O que nos deixa pessoalmente mais intransigentes é a adoção apressada, por pretensas lideranças feministas, de categorias moldadas dentro da ideologia patriarcalista e machista. Craig Owens e Toril Moi³¹ respectivamente instruem esse processo que ainda não acabou.

Voltamos à questão da narrativa histórica levantada por Lyotard. Não há dúvida que as feministas são pessoas que sentem intensamente pressões exercidas de todas as partes sobre o que pensam, dizem, fazem, em termos de permitido e de proibido. Muitos homens que não professam misoginia se acomodam com a discriminação sexual. A Bíblia, certas epístolas de São Paulo em particular, tradições eclesiásticas e profanas fortalecem o poder machista em nome da natureza, de um estado de fato ou de presunções sagradas ou biológicas. No entanto, sem trair a lógica esse poder negador da diferença é um poder sem fundamento. "O poder", diz Michel Foucault, "não é uma coisa; é uma relação entre dois indivíduos", (dois grupos também); "uma relação que coloca" tal ou tal "em posição de reger, de dirigir ou de determinar a conduta de um outro" (*Le Genre de l'Histoire, Cahiers du Grif*, 37-39, p. 13). Essa verticalização das relações beneficia quem a instituiu primeiro. No caso da relação Homem/Mulher, raça branca/raça negra, sabemos quem teve a iniciativa...

Horizontalizar essa verticalidade histórica, deconstruir essa relação falsa, tal é o primeiro alvo do Feminino, a começar pelo plano do discurso, pois conforme o próprio Foucault (*L'Ordre du Discours*, Gallimard), vivemos num universo onde tudo (arte e não-arte, pensamento e conduta) é discursado. Até o gesto, o não-dito, o silêncio são formas de discurso. Relativamente à mulher, o discurso da História é paradoxalmente repleto de silêncio. Segundo Michèle Riot-Sarcey (*Le Genre de l'Histoire*), não apenas são calcados certos fatos históricos, mas muitos são impedidos de ascender à qualidade de evento. Convém aqui apontar a diferença entre fato e evento (ou acontecimento). Para Berger e Luckman (*A Construção Social da Realidade*. Vozes, 1976) os fatos são

uma construção. Para Michèle Riot-Sarcey, o evento é uma construção em segundo grau, a partir de documentos ou fatos. Ora, ao ler a História oficialmente divulgada, encontramos fatos que deixam traço, vestígio, outros não. Por exemplo, a presença de mulheres nas barricadas em 1830, a existência de um Clube das Mulheres na Paris de 1848 não entraram nas construções históricas masculinas. Isto é, fatos femininos são barrados, silenciados, não adquirem estatuto de eventos. Existe aí uma violência no apagamento da identidade, da subjetividade de um "grupo" social. Todavia, se destacaram certas mulheres no cenário do Século XIX, e na primeira metade do Século XX. Essas mulheres, tratadas de excepcionais, não passam de uma curiosidade ao olhar machista. Mais uma vez a exceção confirma a regra. Além do mais, sabemos que mulheres que transgrediram a barreira do recalque masculino pagaram um preço muito alto em críticas públicas, rebaixamento moral, etc... Tal foi o caso de Georges Sand, de Lou Salomé, de Simone de Beauvoir.

Apesar de tudo, nos anos 60 a legitimidade da mulher como grupo específico se confirmou, uma nova subjetividade coletiva se constituiu. O movimento feminista existe na cidade com suas publicações, suas casas editoriais, seu departamento de estudos em universidades respeitáveis, seus Congressos e Seminários, seu órgão ministerial na política dos países avançados (inclusive o Brasil). Mas, como já apontamos, um novo perigo surgiu nessa afirmação mesma. Estamos de pleno acordo com Eleni Varikas, quando tenta contornar a cilada que ameaça a subjetividade feminina, ao propor nos estudos biográficos uma entidade histórica aberta, desprovida de toda essência pré-estabelecida. Ela estima que falar de identidade feminina é falar de um perpétuo vaivém entre o dado (*le donné*) e o vivido (*Le vécu*) o objetivo e o subjetivo, determinações e margens de manobra (*Cahiers du Grif/Le Genre de l'Histoire*, p. 53). Trata-se de uma estratégia que evita aprisionar o sujeito feminino numa posição inquebrantável, fixa, rígida.

Eis agora uma outra recusa das Historiadoras feministas: O dualismo. Nesse ponto, elas estão solidárias com estudiosas da literatura como Hélène Cixous (cf. *Moi Toril*, obra citada, p. 104). Sabemos que todo dualismo remete à dialética de pensamento característica de um jogo de forças que só acaba com a absorção de uma força pela outra. Ao término, o outro tem que apagar a sua diferença e se assemelhar ao mesmo. É exatamente o que acontece na História sexista. Por isso, diz Christine Planté (*Cahiers du Grif*, 37-38, p. 105), é preciso rejeitar o dualismo homem/mulher "que vê nas atividades intelectuais, artísticas e políticas, atividades de essência masculina". Essa posição de Planté abre o caminho para o que chamamos de Feminino, algo que se perfila além das dicotomias, uma utopia suscetível de injetar um sangue novo a um feminismo em vésperas de se convencionalizar. Como já repetimos, é de suma importância, dentro do horizonte de uma sexualidade polivalente, não confundir em absoluto a mulher biológica e social com "o sujeito em devir de um discurso de uma produção artística ou intelectual" (*ibid.* p. 105). Christine Planté conclui seu depoimento apontando que a relação Homem/Mulher não é uma via de acesso ao Feminino, não é uma relação simples, e que não basta traçar entre as duas entidades "uma linha de igualdade-identidade" (*ibid.*);

melhor é ficar dividida e irresoluta do que cair na inautenticidade simplificadora.

Existe uma feliz coincidência entre um título de parágrafo de Christine Planté ("O inenarrável e o indizível", p. 66) e o título de Murielle Gagnebin, *O Irrepresentável*, (P.U.F., 1984). As duas estudiosas mostraram, uma na História Geral, a outra na História da Arte e na Psicanálise, que a mulher enquanto heroína ou sujeito de narrativa histórica e ficcional (num sentido lato que inclui todas as artes) é um ser "incercável", impossível de circunscrever, um ser que foge às retóricas prévias, ao nitidamente expressível, aos moldes já prontos. É uma percepção que confirma a de Michele Riot-Sarcey, de Eleni Varikas e, como veremos, de muitas outras feministas, entre outras de Geneviève Fraisse. Assim, para as historiadoras em especial, o sujeito feminino não se presta à "colocação em palavras" (*la mise en mots*), sua temporalidade não é linear, sua figura não é realmente representável, a impalpabilidade de suas nuances emocionais não é codificável (Christine Planté, p. 66-68). Partindo implicitamente desse postulado, Joan Scott (*Cahiers du Grif*, n. 37-38, p. 136-139) criticou duramente o Freudo-lacanismo ao ressaltar com clareza as categorias dualistas e falocratas que deslustram a teoria psicanalítica. Instruiremos um dia o processo de Freud.

Por enquanto, a título de conclusão provisória, convidamos o leitor a aderir a duas propostas de Geneviève Fraisse²⁹:

i) A afirmação deve caracterizar o sujeito feminino, já que ela vive sob o regime de exclusão em muitos setores das atividades humanas;

ii) Ser mulher não define por completo o sujeito feminino, já que este tem que se afirmar em outros planos (como trabalhadora, como cidadã, etc.). Por isso, é oportuno *indefinir* taticamente todas as posições estratificadas pela tradição, a fim de definir novas qualidades e qualificações. Mais oportuno porém será o atrelamento a uma operação de legitimação, via um incessante trabalho de constituição do sujeito feminino.

A segunda proposta de Fraisse tem a sua ilustração no estudo que fez Claudette Sarlet lendo *L'Amant* (O amante) de Marguerite Duras. O objetivo da leitura de Sarlet deveria ser o de todos nós, homens e mulheres: "Tentar discernir o que esse livro (...) nos diz a respeito da apreensão de si". O "*Cognosce te ipsum*" fica ainda o primeiro passo no caminho da sabedoria. Quem sabe se o Feminino não seja a forma moderna de se chegar a um equilíbrio inédito e sempre questionado do ser e de suas relações com si próprio e com o mundo? Associemo-nos nessa procura: tal é, sem dúvida, o melhor emprego da vida.

2 – NATUREZA DO FEMININO

O feminino é uma busca que passa essencialmente pela mulher sem se confundir nem coincidir com ela. Talvez seja o que o poeta Louis Aragon, "interpretado" pelo cantor Jean Ferrat, deixa a entender quando disse:

La Femme est l'avenir de l'Homme
(A Mulher é o futuro do Homem)

Ora quem diz *futuro*, diz um presente sempre se fazendo, com suas "retensões" e "protensões" (em termos Husserlianos). Por isso, antes de ir mais adiante, presumimos que o Feminino integra uma indefinição essencial, tal como a interpretabilidade da Escrita. O Feminino não poderá se cristalizar num conceito estático, ele será provavelmente uma entidade dinâmica, fruto de gestos históricos simultaneamente individuais e coletivos.

Estamos antecipando.

É preciso voltar atrás, pois não está construído ainda o sujeito que vai enunciar num eventual cenário infinitamente lábil chamado Feminino.

Qual é então a "essência" desse sujeito destinado a enunciar um discurso histórico novo e e constante ultrapassagem de si? Ele não entra até em certo ponto em contradição com a "afirmação" feminista? Além do mais, não é redundante falar de uma natureza do sujeito, quando o Feminino já se afirmou nos/nas feministas?

A terceira pergunta parece esclarecer as duas primeiras. Mas todas essas perguntas têm a sua justificação numa causa idêntica: a relação de força entre certas instâncias de poder, as mulheres e outras entidades sexuais emergentes na luta social. Em virtude disso, não é supérfluo se interrogar sobre a natureza do Feminino, nem sobre a sexualidade e suas incidências no debate.

Na realidade, a *afirmação* do sujeito (feminista ou feminino) é um faca de dois gumes. Pois se, fugindo da "indefinição" vanguardista, reivindicamos em nome de uma natureza já constituída, grande é o perigo de se acomodar ao narcisismo circundante, portanto de perder de vista a dimensão prospectiva. É mister indagar a natureza desse sujeito nos discursos que lhe acordam as maiores chances de se enunciar na sua diferença específica, não naqueles discursos redutores daquela diferença ou que só o colocam em posição de "objeto". Uma hipótese forte fundamenta nossa reflexão e justifica a segunda parte do presente ensaio, a saber: os textos artísticos e literários, pela entidade chamada Escrita que os dinamiza, são discursos não redutores. Em outros termos, a escrita literária e artística proporciona a descoberta da verdadeira natureza do sujeito feminino. Como Claudette Sarlet pensava, tal escrita aponta na direção prospectiva onde deve se engajar a utopia do Feminino na sua busca histórica de libertação das opressões ideológicas, dos esquemas vigentes na cultura, na propaganda, nos discursos hegemônicos. Ao falar de libertação das opressões não podemos esquecer esses grupos marginalizados, minoritários, que Lyotard, com muita pertinência integrou na categoria do Feminino³⁰. Mas ao seguir Lyotard, (pois aceitamos segui-lo), corremos o risco de mergulhar a diferença feminista em causa um pouco alheias. Devemos no entanto, correr esse risco, já que o Feminino nos parece, em parte, conviver com uma certa diversidade para além das oposições sexuais, sem por isso apagar as diferenças.

O sujeito feminino será então algo que convive com a ambigüidade essencial e a indeterminação. Na medida em que, como veremos, a Escrita preenche essas características, o Feminino é solidário da Escrita. Mas, por sua vez, a noção de Inconsciente enquanto força pulsátil (ou pulsante) jamais saciada, sempre empurrando para frente, reveste as características da escrita.

CONCLUSÃO

Especialista oriundos da Biologia e da Embriologia, das Ciências Humanas, da Literatura, da Arte, confirmam que chegou a vez do Feminino. Concretamente isso se manifesta pela criação de Centro de Estudos Multidisciplinares, de Ministérios ou Conselhos Superiores da Mulher, de órgãos culturais, sociais, políticos, de casas editoriais, de seminários e congressos, de publicações, passeatas, cartazes, de leis trabalhistas e de medidas que abrem um maior espaço às Mulheres e aos grupos emergentes recém ou historicamente desfavorecidos. Da modernidade estético-política inaugurada por Baudelaire e Rimbaud, reativa pelo círculo de Viena (Freud, Wittgenstein, Klimt, Musil, etc.) e pelo surrealismo, não acabamos de tirar todos os benefícios. Restam a apagar também muitos vestígios patriarcais anti-feministas, contidos não apenas nas Instituições e nos discursos que os sustentam, mas nas declarações de certos de nossos próprios "intercessores". Por exemplo, a revolução psicanalítica marcou um avanço sensível e definitivo na cultura, ao impor a vertente que faltava a nossa racionalidade. Mas o custo foi e continua sendo muito alto para as mulheres. Por isso que nós nos comprazemos em dizer que, haja vista a grande consciência que levou Freud a retomar até o fim da sua vida e remanejar certos mitos ou hipóteses, sobre a sexualidade da criança por exemplo segundo Jean Laplanche (*Vida e Morte em Psicanálise*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1985), não há dúvida que o pai da psicanálise se vivesse hoje teria modificado as suas opiniões e teses sobre a mulher. Talvez ele tivesse aderido a essa utopia nova promovida pelos escritos de Derrida, Levinas, Françoise Collin, Joan Scott, etc, utopia que, junto ao socialismo, se afigura como um caminho de esperança, de equidade, de dignidade, de harmonia para uma Humanidade anti-dualista. Pois realmente, nossa convicção é que, agora e por muitas gerações, é a vez do ideal socialista, é a vez do feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – BOUCHARD, G.; GIROUX, L.; LECLERC, G. (1985): *L'utopie Aujourd'hui*. Montreal. P.U.M. Também Adorno, M. Dufrenne.
- 2 – BUCI-GLUCKSMAN, Christine (1984). *La Raison Baroque*. Paris. Galilée (Parte II).
- 3 – Ibid. op. cit. p. 55, Nº 1 (Michel Abensour).
- 4 – CHALIER, Catherine, (1985). "Ethique et Feminin", *Cahiers du Grif*, Nº 32, p. 121-136.
- 5 – KOFMAN, Sarah (1984). *Lectures de Derrida*. Paris. Galilée (Parte V).
GUIBAL, F., Petitdemange, G., DERRIDA, J. et alii (1986). *Altérités*. Paris. Osiris.
- ROLLAND, Jacques, LEVINAS, E. et alii (1987) *Autrement que Savoir*. Paris. Osiris.
- 6 – PELEGRIN, Benito (1985). *Ethique et Esthétique du Baroque*. Arles, Actes Sud/PUF.

- 7 – JANKÉLÉVITCH, Wladimir (1985). *La musique et l'ineffable*. Paris. Seuil.
 COURT, Raymon (1981). *Adorno et la Nouvelle Musique*. Paris. Klincksieck.
- 8 – SCARPETTA, Guy (1985). L'impureté, Paris. Grasset p. 34-35.
 BERTENS, Hans (1986). The postmodern *Weltanschauung* and its relation with Modernism: An introductory survey, in *Approaching Postmodernism*, edited by Douwe Fokkema and Hans Bertens, Amsterdam, John Benjamins, p. 42-43.
- 9 – BURGOS, Jean (1989). *Pour une Poétique de l'Imaginaire*. Paris. Seuil. p. 95-115.
- 10 – BLANCHOT, Maurice (1969). *L'entretien infini*. Paris. Gallimard. p. 345-346.
- 11 – JOACHIM, Sébastien (1978). *Le Français au Collège*. Montreal. P.U.Q. appendices: p. 248-249.
- 12 – SOJCHER, Jacques (1972). *Lá Question et le sens*. Esthétique de Nietzsche. Paris: Aubier-Montaigne.
- 13 – JANKÉLÉVITCH, Wladimir. op. cit. p. 92 (tradução nossa).
- 14 – RICOEUR, Paul (1986). *Du texte à l'action*. Paris: Seuil.
 GADAMER, H. G. (1976). *Vérité et Méthode*. Paris: Seuil (1960).
- 15 – DERRIDA, Jacques, et Gadamer, H.G. (1977) in *Herméneutique et Grammatologie*, de Jean Greisch. Editions C.N.R.S.
- 16 – TSCHUMI, Raymond (1987). *A la Recherche du sens*. Lausanne, L'Age d'Homme. Ch. 1 à 5 - também:
 ROCHLITZ, Rainer; LYOTARD, J.F. (1986). in Robert Allezeaud, *Art et Communication*: Paris: Osiris, p. 10-17, p. 11-116, p. 141-147.
- 17 – BLANCHOT, Maurice, op. cit. p. 245-246.
- 18 – GAGNEBIN, Murielle (1984). *L'Irreprésentable ou les silences de l'oeuvre*. Paris: P.U.F. p. 16.
- 19 – Ibid. op. cit. p. 17-19.
- 20 – MERLEAU-PONTY, Maurice (1960). *Eloge de la philosophie*. Paris: Gallimard (Essais). p. 141-73.
- 21 – DELEUZE, G. (1982). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva. (1969), p. 109.
 LECLAIRE, S. (1977). *Psicanalizar*. São Paulo. Perspectiva. p. 27-18, 45-46.
- 22 – LEJEUNE, Philippe (1975). *Lire Leiris*. Paris: Klincksieck. p. 32 (tradução nossa).
 KRISTEVA, Julia (1983), *Histoires d'amour*, Paris: Denoel, p 346, apresenta uma outra confirmação dessa problemática que associa morte, escrita, infigurabilidade, feminino (a Mãe arcaica). Também (menos o feminino):
 Mc-HALE, Brian (1987). *Postmodernist fiction*. London. Methuen. p. 232.
- 23 – SARGENT, Lyman T. (1987). *Les idéologies politiques Contemporaines*. 7. ed. Paris: Economica. (trad. do americano), cap. 11.
- 24 – SUSSEKIND, Flora (1985). *Literatura e Vida Literária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 80-82.
- 25 – HOTTOIS, Gilbert (1981). *Pour une Métaphilosophie du Langage*. Paris: J. Vrin.

- 26 – KOCH, Ingedore G. Villaça (1984). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- MAINGUENAU, Dominique (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles. Pierre Mardaga.
- MAINGUENAU, Dominique (1981). *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette - Université.
- 27 – KRISTEVA, Julia (1974). *Lá révolution du langage poétique*. Paris. Seuil.
- MEDEIROS, Paulo R. (1988). "A interminável corrida de Aquiles e a Tartaruga..." São Paulo. *Che Vuoi?* N° 7, p. 7-10.
- DANON-BOILEAU, L. (1987). *Le sujet de l'énonciation. Psychanalyse et Linguistique*. Paris: Ophrys.
- GUATTARI, Felix (1988). *O Inconsciente maquínico*. Campinas. Papirus (1979).
- 28 – QUILLIOT, Roland et alii (1988). *Penser le Sujet Aujourd'hui*. Colloque de Cerisy. Paris. Méridiens-Klincksieck. (Palestra de R. Quilliot: "la fascination moderne de l'impersonnel" p. 293 sq).
- 29 – COLLOQUE de Cerisy (1988). "La construcion du sujet dans la pensée féministe", in *Penser le Sujet Aujourd'hui* (nota 7), p. 251-264.
- 30 – LYOTARD, J. F. (1977). *Rudiments païens*. Paris: U.G.E. Cap. VI e VII.
- 31 – OWENS, Craig (1983). *The discourse of others: Feminists and Postmodernism*, in: Hal Foster (ed) *The Anti-Aesthetics. Essays on Postmodern Culture*. Washington, Bay Press.
- MOI, Toril (1987). *Textual/Sexual Politics*. London, Methuen.